
Ata nº 86 / XIII / 2.ª SL

Aos vinte e três dias do mês de maio de 2017, pelas onze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1.ª Parte

Audição do Sr. Embaixador de Portugal em Varsóvia, João Silva Leitão.

2.ª Parte

1. Informações Gerais.

2. Apreciação da proposta de calendarização de audições pela autora do Parecer (Deputada Carla Cruz (PCP) no âmbito da apreciação da Proposta de Resolução n.º 50/XIII/2.ª - Aprova o Acordo de Parceria Estratégica entre a União Europeia e os Estados - Membros, por um lado, e o Canadá, por outro, assinado em 30 de outubro de 2016

3. Análise e decisão sobre o escrutínio de iniciativas europeias escrutinadas pela CAE

- JOINT COMMUNICATION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT AND THE COUNCIL for a renewed impetus of the Africa-EU Partnership- **JOIN(2017)17**: Deputado(a) Relator (a): BE

4. Distribuição de iniciativas e nomeações dos autores dos pareceres

- **Proposta de Resolução n.º 51/XIII/2.ª** Aprova a Convenção n.º 187 sobre o Quadro Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, na sua 95.ª Sessão, realizada em Genebra, em 15 de junho de 2006. Deputado(a) autor(a) do Parecer: PSD

5. Aprovação de Atas:

- Ata n.º 57, de 13.12.2016;
- Ata n.º 81, de 28.04.2017.

6. Outros assuntos.

Dirigida pelo Presidente da Comissão, Senhor **Deputado Sérgio Sousa Pinto**, a sessão iniciou-se com a audição do Senhor Embaixador de Portugal em Varsóvia, João Silva Leitão, à qual se associou a Comissão de Assuntos Europeus. Foram prestadas as boas vindas a entidade a ouvir e explicada a metodologia da audição.

Na sua intervenção inicial, começou o Senhor **Embaixador** por cumprimentar todos os presentes, agradecer a oportunidade de comparecer perante a Comissão e solicitar que o Senhor Presidente transmitisse os seus cumprimentos, também, a sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República.

Referiu ter apresentado credenciais a 3 de novembro do ano passado, tendo lembrado que Portugal mantém relações diplomáticas estáveis com a Polónia desde 1923, cinco anos após a independência deste Estado.

As relações bilaterais estão regularmente estáveis, facto indiciado, até, pelo ritmo de visitas entre dignitários de ambos os países. Realçou o setor da economia com investimentos portugueses na Polónia, desde há 20 anos, te do destacado o Millennium, o 5.º maior banco deste país. A balança comercial é igualmente equilibrada, com ligeiro pendor favorável a Portugal. Realçou, ainda, o esforço que tem vindo a ser desenvolvido pelo Instituto Camões, existindo já dezenas de estudantes do ensino superior polaco a conhecerem a cultura e a língua portuguesa.

Pelo **PSD**, interveio, em primeiro lugar, o Senhor **Deputado Paulo Neves**, para agradecer a presença do senhor Embaixador e sublinhar o êxito que tem sido a atividade do setor da distribuição na Polónia e questionar sobre a existência de outros setores da economia que possam alavancar o incremento de negócios. Questionou, seguidamente, se a Polónia poderia ser um parceiro útil no relacionamento triangulado entre a Europa, a América e África, tendo em consideração a posição atlantista que a Polónia sempre evidenciou na sua política externa. Perguntou, ainda, como caracterizaria o Senhor Embaixador tanto as posições manifestadas pelos polacos no seio da União, como o funcionamento do respetivo sistema partidário.

De seguida, interveio o Senhor **Deputado Duarte Marques**, assinalando as posições politicamente complexas assumidas pelo Estado polaco no contexto do Grupo de Visegrado, designadamente no concernente ao problema dos refugiados e das restrições a certas liberdades e garantias fundamentais, o que poderá significar um certo afastamento em face da tradicional posição portuguesa. Neste seguimento perguntou **se tal poderá vir a significar uma reativação desse grupo nas negociações que se avizinham, o impacto que poderia ter para a coesão da UE,** e se tal poderá vir a por em causa as relações bilaterais.

Respondeu o Senhor **Embaixador** que a Polónia tem uma economia dinâmica e consolidada na agricultura e indústria, e aberta à modernização informática e digital que pode estar recetiva à incorporação de conhecimento português. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, em visita recente à Polónia, sensibilizou o empresariado polaco para o investimento em Portugal. Existe uma Câmara de Comércio luso-polaca com interesses e investimentos em África e, sobretudo, no Brasil. A Polónia tenta ter ascendente sobre outros países da região onde se insere

(Geórgia, Moldávia, de entre outros), indo muito além do âmbito geográfico e político de Visgado, sendo evidente um certo intento hegemónico no centro da Europa, logo a seguir à Alemanha. A situação política atual, decorrente da posição ocupada pelo partido Lei e Justiça, é perfeitamente reversível, pois a Polónia é uma democracia e vão existir eleições em 2019. Por outro lado, os partidos nesta zona da Europa não têm paralelo genético com a tradição política ocidental das “famílias ideológicas”, o que influi no comportamento do sistema, muito mais volátil.

Pelo **PS**, interveio em primeiro lugar a Senhora **Deputada Lara Martinho** que cumprimentou o visitante. Perguntou qual a situação política na Polónia, relativamente à disseminação de ideias populistas e eurocéticas. Quis saber se a Embaixada em Varsóvia tem tido algum tipo de atuação no apoio ao investimento em Portugal de pequenas e médias empresas, e qual a evolução do turismo polaco para Portugal. Finalmente, perguntou se foi detetada, com a eleição do partido Lei e Justiça, alguma alteração no relacionamento bilateral, e qual a situação atual no respeitante ao reforço do contingente militar da NATO estacionado na Polónia.

Interveio de seguida o Senhor **Deputado Vitalino Canas**, que quis saber como foi recebido e discutido na Polónia o Livro Branco da UE, designadamente quanto aos diferentes cenários de evolução da União, ali avançados. No campo das relações russo-polacas, perguntou se, apesar da tradicional acrimónia bilateral, existe algum tipo de confluência política com as visões de Putin e, por contraposição, qual o alinhamento efetivamente verificado com os Estados Unidos, nomeadamente após a eleição de Trump. Finalmente, questionou sobre a posição e avaliação polaca acerca do BREXIT.

Respondeu o Senhor **Embaixador** que a embaixada portuguesa em Varsóvia possui um plano de atividades sancionado pela tutela e conta com uma delegação da AICEP. Notou que o turismo de polacos direcionado para Portugal, aumentou. Contrariamente ao que alguns observadores apontavam, não se tem confirmado a retração do investimento estrangeiro na Polónia, após os últimos resultados eleitorais, assistindo-se mesmo a uma certa retoma do crescimento, sem reflexos de nacionalismos económicos. Lembrou estar para breve a realização de um congresso do partido no poder, sem que daí se esperem alterações significativas na linha de orientação seguida pelo Governo. Por outro lado, sublinhou o facto de a Polónia ser frontalmente contra ao princípio da “Europa a duas velocidades”, chegando mesmo a argumentar que tal significaria erguer um novo muro na Europa. Tratando-se de tema importante da agenda de política internacional polaca. Quanto ao relacionamento com a Rússia, lembrou ser tradicionalmente difícil devido aos factos históricos conhecidos e que ainda pesam na consciência dos polacos. No entanto, afirmou, observa-se uma certa dramatização na abordagem deste tema, que é maior ou menor consoante o partido que esteja no poder. Ademais, existe a firme convicção de que os Estados Unidos nunca abandonarão os seus compromissos na defesa europeia a leste.

Em nome do **BE**, interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares**, assinalando que o partido no poder na Polónia venceu as eleições com um discurso marcadamente de extrema-direita, e que nunca aceitou um único refugiado no seu território. Perguntou se é configurável que todo este clima de acentuado populismo possa vir a ter influência nas condições

económicas da Polónia, bem como no seu relacionamento com a União, e em particular, nas relações com Portugal, sem esquecer a possível influência destas posições junto dos países integrantes do Grupo de Visgado.

Respondeu o Senhor **Embaixador** que a Polónia sabe o que quer e tem o seu ponto de vista sobre o que deve ser a Europa. Sublinhou que o universo de Estados de Visgado não é homogéneo. Entende que a política europeia é o fruto de constantes negociações e adaptações, cenário que mais se complica quando se constata que a Polónia tem desde sempre tido dificuldades em equilibrar os seus recursos e as suas ambições regionais. Certo é, segundo referiu, que a Polónia acredita e deseja manter-se na União, não existindo qualquer discurso secessionista, o que se compreende se atendermos a que os fundos comunitários representam parcela muito relevante no esforço de desenvolvimento polaco.

Pelo **CDS/PP**, interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila**, tendo cumprimentado o visitante e agradecido o manancial de informação entretanto disponibilizado na audição. Pediu confirmação sobre a adequabilidade dos recursos, humanos e materiais de que a Embaixada dispõe, face a um previsível aumento do fluxo bilateral de relacionamento. Aludiu, ainda, a uma artigo publicado no Reino Unido, no *The Guardian*, onde se falava da existência na Polónia atual de um processo de “inversão democrática”, explicado, ao que ali se referia, pela influência que ainda se sente no ambiente político relativamente ao período comunista, questionando sobre se tal situação pode vir a trazer consequências para o processo de construção europeia.

Referiu o Senhor **Embaixador** que a situação dos serviços diplomáticos não se alterou e é a mesma de há 4 ou 5, sendo as dificuldades comuns a todas as representações diplomáticas. Saliu que o partido no poder está efetivamente a promover reformas, pelo que é normal que possam permanecer marcas futuras da atuação deste Governo.

Interveio o Senhor **Presidente** para referir que a história da Polónia explica muito do que é a sua política internacional marcadamente soberanista, o que explica o ceticismo com que têm abordado a hipótese de aprofundamento do projeto europeu e, paralelamente, demonstrado enorme empenho na sua participação na NATO. Afigura-se-lhe que, a leste, a Polónia procura encontrar uma “solução-tampão” que melhor salvaguarde a sua integridade territorial. A oeste, a Polónia também se confronta com a tradicional defesa dos bálticos protagonizada pela Suécia, diminuindo a margem de influência polaca junto destes países. Neste contexto, perguntou, primeiro, como antevê as relações da Polónia com a Rússia, e como avalia a pressão polaca no sentido do aumento da intervenção da NATO no palco europeu.

Em resposta, o Senhor **Embaixador** limitou-se a sublinhar aquilo que considera ser o factor mais relevante da equação atrás enunciada: a independência e a soberania são elementos determinantes para a Polónia, pois sempre foram aspetos críticos do seu projeto enquanto Estado.

Seguidamente, teve início a **2.ª Ronda de intervenções**, tendo os trabalhos passado a ser dirigidos pelo Senhor Vice-Presidente, Deputado Pedro Filipe Soares, em virtude do Senhor Presidente se ter deslocado à Sala de vistas do Presidente do Parlamento, a fim de receber um Alto Dignitário coreano. Nesta fase, intervieram os Senhores **Deputados** abaixo assinalados, que formularam as seguintes questões:

Francisca Parreira (PS) que, relembrando o facto de o atual Governo polaco ter preferido sanções europeias a acolher os 10 mil refugiados a que se havia comprometido, perguntou como avaliava o Senhor Embaixador as consequências desta posição polaca, enquanto parte de Schengen e na sequência dos apelos à tolerância de Juncker, aquando do discurso do estado da União.

António Cardoso (PS) para perguntar se a Polónia conseguirá cumprir a redução em 60% de CO2 a que se comprometeu, e se antevê uma possível crise energética na Polónia, dada até a pressão que outros países (República Checa e Espanha) estão a promover no sentido do cumprimento do Acordo de Paris.

Respondeu o Senhor **Embaixador** que o carvão, enquanto fonte energética, constitui um dogma para a Polónia, que não prevê o seu abandono nos tempos mais próximos. Relativamente aos fluxos migratórios, o que os polacos pretendem restringir é o acesso e permanência de muçulmanos no seu território, e defendem, que já acolheram a sua quota de refugiados, na pessoa dos emigrantes vindos dos países a leste. Nesta medida, não estão contra Schengen, pretendendo mesmo o reforço do controlo das fronteiras da União, sendo lembrado, a finalizar, que a nova sede do FRONTEX irá situar-se, precisamente, em Varsóvia.

Terminada a 1.ª Parte dos trabalhos, a sessão foi interrompida por cinco minutos, para que o Senhor Presidente acompanhasse o visitante à saída.

2.ª Parte

Retomados os trabalhos, foram abordadas as seguintes matérias, relativas ao **Ponto 1.** da OD:

- Vai estar em Portugal, nos dias 8 e 9 de junho próximo, a Secretária-Geral do Serviço de Ação Externa da União Europeia, Senhora Helga Schmid. A CNECP, no seu Plano de Atividades, previa a audição de responsáveis deste Serviço. De acordo com as informações disponibilizadas e consideradas as constrições da própria entidade, a referida audição poderia ocorrer:

Na 5.ª feira, dia 8, após o Plenário; ou na 6.ª feira, dia 9, pelas 14.30 h.

Questionado o interesse e a disponibilidade, todos os Grupos selecionaram a hipótese do dia 8, após o Plenário, tendo os serviços ficado mandatados para proceder em conformidade.

- O Senhor Embaixador de Portugal em Sófia, Luís Ferraz está disponível para audição na CNECP, no dia 6 de junho, 15h00. Houve unanimidade quanto ao interesse e à data sugerida, tendo os serviços ficado mandatados para proceder em conformidade.
- Baixaram com conexão à CNECP as seguintes iniciativas:
 - Projeto de Resolução n.º 876/XIII/2 (PS) - Pela valorização do ensino da história da emigração portuguesa. É competente é a Comissão de Educação e Ciência;
 - Projeto de Resolução n.º 877/XIII/2.^a (PS) - Pela criação de um Museu Nacional da Emigração. É competente é a Comissão de Cultura Comunicação Juventude e Desporto.

Interveio a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)** indicando que o seu Grupo indicará posteriormente se a apresentação será feita e, Plenário ou na Comissão.

Relativamente ao **Ponto 2.**, foi a Comissão informada de que o PCP havia solicitado o adiamento da discussão desta matéria, tendo ficado unanimemente decidido que a decisão acerca da metodologia das audições seria abordada na próxima sessão.

Entretanto, o Grupo Parlamentar do PS fez a entrega, em sessão, da sua lista de entidades a ouvir no presente âmbito, tendo a mesma ficado na posse dos serviços, para os efeitos devidos.

Transitados para o **Ponto 3.**, o BE indicou a Senhora Deputada Domicilia Costa para a elaboração do relatório ali previsto.

No **Ponto 4.**, o PS declarou que iria indicar o Deputado responsável pela elaboração do parecer ali referido.

No **Ponto 5.**, foi deliberado por unanimidade analisar e votar as Atas indicadas na OD na próxima sessão da Comissão, por não estarem no momento representados todos os Grupos Parlamentares.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente** encerrou a sessão pelas doze horas e quarenta e cinco minutos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A presente reunião foi gravada em áudio podendo o registo áudio ser consultado através das seguintes hiperligações:

http://media.parlamento.pt/site/XIIILEG/2SL/COM/02_CNECP/cnecp_20170523.mp3

Palácio de São Bento, 23 de maio de 2017,

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves
Domicília Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Isabel Santos
Joana Lima
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
António Ventura
Berta Cabral
Carla Sousa
Maria Augusta Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Ascenso Simões
Gabriela Canavilhas
João Oliveira
José Cesário
Rui Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
Paulo Pisco

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 06/06/2017.